

DOIS PESOS

Com exceção da Estrutural, GDF reprime e derruba barracos em áreas invadidas por população de baixa renda. Mas a fiscalização é insuficiente para impedir a proliferação de invasões de classe média pelo Distrito Federal. Estas contam com a omissão e até a conivência de quem deveria reprimí-las

Invasão tolerada

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

O combate às invasões tem tido tratamento diferenciado do Governo do Distrito Federal (GDF). Os barracos não proliferam como antes. Invasões no Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, Areal e Parque Saburo Onoyama, em Taguatinga, sumiram do mapa. O balanço aponta mais de 12 mil barracos demolidos nos quase dois anos de governo Roriz. Restam poucas invasões de baixa renda, mas o problema da ocupação desordenada está longe de acabar. A situação se complica quando o chão é retalhado por famílias da classe média.

Foram raras e tímidas as operações para derrubar casas de alvenaria — 128 foram ao chão, segundo levantamento do Sistema de Vigilância Integrada do Solo (SivSolo) desde o início do ano passado. O número, no entanto, não é preciso. Em muitos casos, os donos das casas irregulares são beneficiados por liminares judiciais favoráveis à ocupação da área. Em outros, a fiscalização é falha.

Quem se incomoda com a ocupação desordenada não deixa de criticar o governo de Joaquim Roriz. "É caso de polícia. Autoridades têm de ir para a cadeia", irrita-se a arquiteta Tânia Battella, coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB - seção DF). "Estão destruindo o Distrito Federal e acabando com a qualidade de vida das cidades."

NO CAMINHO

Não dá para o governo fingir que não enxerga o crescimento desordenado. Bem em frente à residência oficial de Águas Claras, do outro lado da pista que liga o Plano Piloto a Taguatinga, o chão que deveria exibir o verde das hortaliças e de outras plantações é retalhado a cada dia.

Numa fúria impressionante, as chácaras das colônias agrícolas Vicente Pires e Samambaia são transformadas em novos condomínios para a classe média. Sem planejamento e com a omissão da fiscalização, a construção de casas e a venda de lotes não pára.

Pedreiros assentam tijolos a menos de 20 metros dos côrregos Vicente Pires e Samambaia. Das 350 chácaras originais da Vicente Pires, somente 53 não foram parceladas. Apesar da promessa de políticos do Distrito Federal de regularizar o parcelamento, a maior parte das terras das colônias pertence à União. "Não faremos nenhuma

parceria com o GDF para titulizar essa terra", afirma Raimundo Ribeiro, titular da Gerência Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Essa decisão não significa que os loteamentos ficarão de fora da regularização. Pelo contrário. Quem comprou lote até 15 de fevereiro de 1997 terá preferência na aquisição dos terrenos. É o que prevê a Lei 9636/98, que dispõe sobre a alienação das terras da União. O governo federal está terminando o projeto de regularização das terras e, no próximo ano, deve começar o cadastramento dos ocupantes dos lotes.

Não há posição firmada de como ficarão a situação dos moradores que adquiriram os lotes depois de 1997. Mas uma coisa é certa: não terão os benefícios dos compradores mais antigos. "Que esperem. É o conselho que dou para quem quer comprar um lote lá", avisa o gerente Raimundo Ribeiro. "Vamos cobrar o preço atual do terreno. A pessoa que der uma de esperto e comprar antes vai estar fazendo um péssimo negócio".

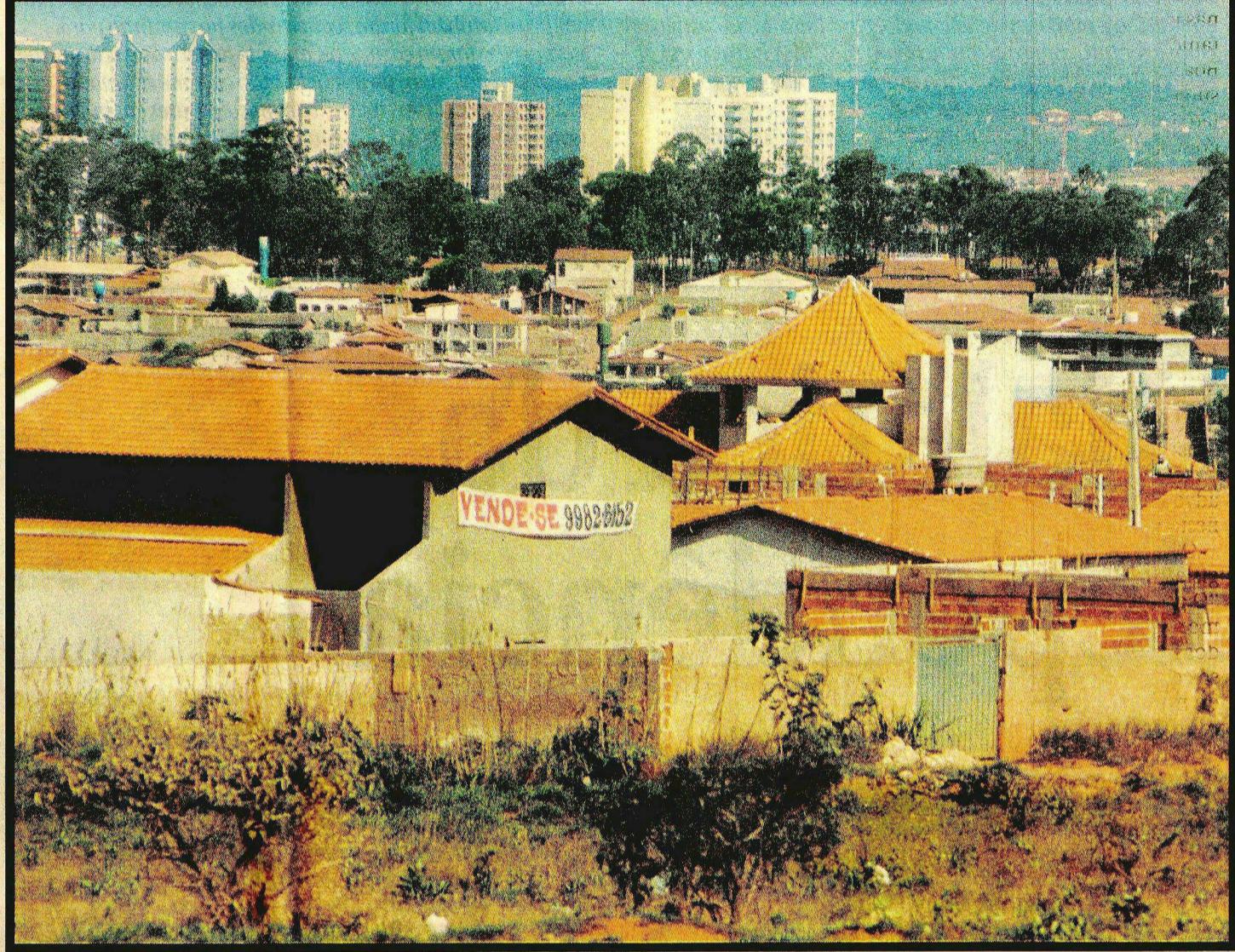
Lotes de 800 m² na Vicente Pires têm preço variável mas, por serem irregulares, são vendidos bem abaixo do valor real. É possível comprar um por menos de R\$ 15 mil. Há faixas oferecendo lotes por todo canto. Tanta omissão com o patrimônio público revolta os defensores da natureza e da ordem urbanística. "O Distrito Federal passa por um processo sem precedente histórico de ocupação desordenada do solo", critica a promotora Juliana Santilli, da 2^a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do DF e territórios.

OUVIDO DE MERCADOR

As ocupações irregulares tomam forma, com menor intensidade, em outras regiões. A quadra 106-A da Colônia Agrícola Samambaia, às margens do Pistão Norte de Taguatinga, já está consolidada. A porção de terra pública, antes cercada pela Terracap, estava reservada para a construção do TaguaPark, um complexo de lazer, turismo e esporte. Hoje, a maioria das casas está pronta. Os moradores criaram uma associação e lutam pela regularização.

"A Terracap já mandou notificação para os moradores e vamos pagar 1% do valor do imóvel até legalizar", conta Maria Salomé de Faria Oliveira, moradora do lote nº 1 da nova quadra. A situação faz parte do pacote de críticas do advogado Eduardo Roriz, candidato à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), ao governo de Joaquim Roriz.

Fotos: Lindau Gomes

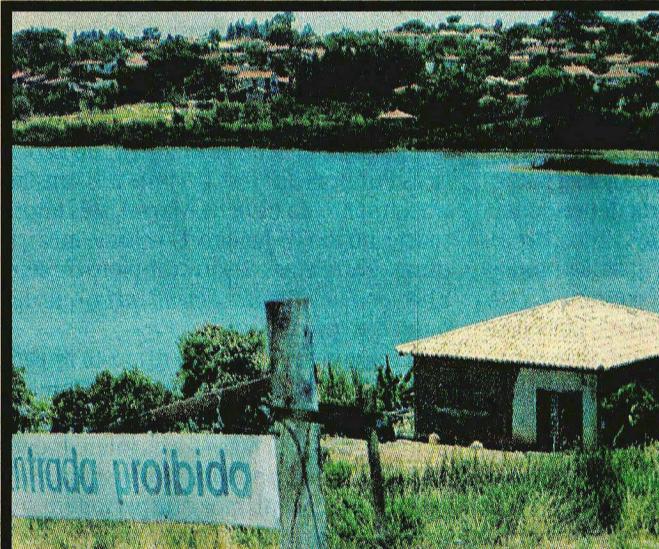


COLÔNIA VICENTE PIRES: AO LADO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DE RORIZ, ÁREA PERTENCENTE À UNIÃO, DESTINADA A CHÁCARAS, VIROU CONDOMÍNIO

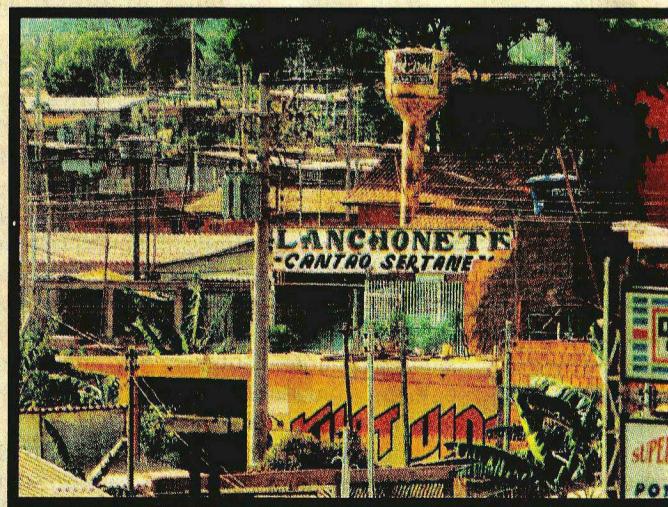
OMISSÃO

ESTRUTURAL

E é uma invasão com forte apoio político. A remoção das invasões de pobres tem seguido o cronograma definido pelo SivSolo. A política tem sido de assistência. As famílias carentes e que comprovam mais de cinco anos de Brasília têm recebido lotes, de graça, do GDF. As demais são oferecidas passagens de volta para os estados de origem. A solução para a invasão da Estrutural, no entanto, ninguém arrisca. Os moradores de lá acham que vão ficar e investem em melhorias. Cada vez mais barracos são transformados em casas de alvenaria. Depois da instalação de energia elétrica, a favela inchou. De 2.800 moradores, a Estrutural passou a ter cerca de 5 mil. O crescimento, no entanto, não cessou. A invasão hoje se expande pelas imediações. A área do Assentamento 26 de Setembro, transformada na reserva da Floresta Nacional de Brasília (Flona), viu avanço da especulação imobiliária. As chácaras dos ex-sem-terra estão sendo comercializadas. Eucaliptos são derrubados e queimados para dar espaço à construção de casas de alvenaria.



LAGO NORTE: A EXEMPLO DO LAGO SUL, INVASÕES PROLIFERAM



ESTRUTURAL: MORADORES JÁ INVESTEM EM MELHORIAS

TAGUAPARK

A invasão começou nos primeiros meses do governo Roriz. A cerca de arame e estacas de concreto da Terracap foi arrancada para que surgisse um loteamento na área reservada para a construção do complexo de lazer, esporte e turismo — o TaguaPark. Os fiscais da administração de Taguatinga até tentaram coibir a invasão, mas os moradores abastados conseguiram liminares na Justiça e impediram a derrubada. O resultado, por exemplo, foi a criação da quadra 106-A, uma expansão

do loteamento irregular e consolidado da Colônia Agrícola Samambaia. Hoje, um lote de 800 m² na área invadida não é vendido por menos de R\$ 40 mil. Os moradores, que no início temiam a demolição das casas — como a professora aposentada Maria Salomé de Faria Oliveira, 57 —, fundaram uma associação e reivindicaram a regularização dos lotes. "A classe média está sem opção de moradia. Os lotes que o governo coloca em licitação são muitos caros", justifica.

VICENTE PIRES

É o grande canteiro de obras no Distrito Federal. A construção de casas e a venda de lotes são comuns em toda a colônia agrícola. Nem mesmo as matas ciliares dos córregos Vicente Pires e Samambaia escapam da fúria da especulação. As casas são construídas em meio às árvores, numa área em declive. Faixas espalhadas por toda parte anunciam a venda de terrenos. O preço varia de acordo com a localização. Mas é possível comprar um lote por até R\$ 15 mil.

Originalmente, a região foi arrendada pela Fundação Zoobotânica a chacareiros. A ideia era criar um cinturão verde ao redor de Brasília. A especulação imobiliária, no entanto, foi mais forte. Das 350 chácaras originais, restaram 53. As demais viraram condomínios com até 36 lotes cada uma, como a de nº 14, que faz divisa com o Córrego Samambaia e fica bem em frente à Residência Oficial de Águas Claras. Ao todo, são mais de 20 mil moradores e 4,3 mil casas.

AF - Invasão